

O MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE, EM PORTUGAL, NAS DÉCADAS DE 70 E 80. DOS GRUPOS DE ESTUDO DO PESSOAL DOCENTE DO ENSINO SECUNDÁRIO À AFIRMAÇÃO DOS SINDICATOS DE PROFESSORES

Manuel Tavares¹

Enquadramento

Os sindicatos de professores, em Portugal, renasceram há trinta anos, após a Revolução de Abril,² depois de, durante alguns anos, os «Grupos de Estudo» terem lançado as suas sementes através de uma organização bem definida em todo o território nacional. A luta travada por alguns docentes, em torno de questões muito concretas, tal como a questão salarial, rapidamente é apoiada por uma grande parte de professores, provisórios e efectivos, de um número elevado de Escolas do país. O Grupo de Estudo de Professores do Norte, ao fazer um balanço da situação geral do ensino, constata que um dos problemas centrais do ensino em Portugal se relaciona com a degradação social, pedagógica e económica da classe dos professores que constituem os agentes fundamentais de qualquer possível reforma. A explicação para este facto envolve múltiplos aspectos, no entanto, é de assinalar que um dos mais importantes é o ostracismo e passividade em que caíram os professores perante a sua profissão. Deste modo, recuperando um vigoroso protagonismo perante o poder, a classe docente portuguesa preparava-se para um novo quadro de intervenção e a revolução de Abril

¹ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Portugal). E-mail: tavares.lusofona@gmail.com

² Os primórdios do associativismo docente remontam a 1813, data em que 131 professores assinaram o compromisso de criar o Montepio dos Professores, mais tarde chamado Montepio Literário. Os objectivos do Montepio consistiam na defesa dos associados na velhice e na doença, bem como no socorro às viúvas e órfãos. Esta é, sem dúvida, a primeira experiência associativa dos docentes, o que revela uma capacidade de iniciativa da classe docente portuguesa. Não obstante tratar-se de uma associação mutualista, o certo é que toma posição em nome da classe na defesa de interesses profissionais. É, por isso, visível um certo perfil para-sindical, num período em que ainda não existem os sindicatos.

Outra manifestação importante do associativismo docente é a associação dos professores criada em 1854. Do seu projecto fazia parte a edição de um periódico e a criação de uma Escola Normal. Ao longo dos seus dez anos de existência a Associação dos professores distinguiu-se por algumas das suas iniciativas, tais como a edição efectiva de um jornal, o qual encerraria em 1862, bem como pela apresentação de um plano de reforma da instrução pública, em 1856. Em 1880, surgem as Associações dos Professores de Instrução Primária de Lisboa e do Norte de Portugal. Note-se, que já nesta época, um dos aspectos que caracterizava o movimento sindical docente era a sua fragilidade devido a conflitos que puseram em causa a sua unidade. A pulverização sindical debilitou as organizações sindicais e facilitou objectivamente a acção repressiva da ditadura e a partir do golpe de estado de 1926, aquela não teve grande dificuldade em aniquilar o sindicalismo livre, deixando apenas existir o Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Particular que, apesar do controlo do poder, pôde constituir-se, em certas fases da sua história, como um espaço de reflexão comum.

abre novos horizontes e permite o reequacionamento das questões da profissão docente e da educação portuguesa. (Cf. Fernandes, *Cadernos Fenprof*, nº 30, pp. 20-27)

Não é por acaso que, logo nos primeiros dias de Maio de 1974 se formaram em todas as regiões do país os sindicatos dos professores. A dinâmica herdada dos «Grupos de Estudo» permitiu, por parte dos professores, uma participação galopante em todos os movimentos sociais, relacionados ou não com os problemas dos docentes, do ensino e da educação. O conceito marxista de «posição de classe» adquiriu, nesta época, grande visibilidade através da participação dos professores nas manifestações populares e em múltiplas formas de luta do movimento operário. Os grandes movimentos sociais em defesa das conquistas da Revolução tiveram repercussões na afirmação dos sindicatos e na participação activa dos trabalhadores na actividade sindical. Como afirma Paulo Sucena, ex-Secretário Geral da Fenprof (Federação Nacional dos Professores) «a força dos sindicatos e a participação dos professores na vida sindical foi sempre crescendo e de uma maneira muito viva ao longo do primeiro ano da Revolução.» (1995, p. 42)

Parece, pois, ser indubitável que, como escreve A. Teodoro (1990, p. 111), «a constituição de associações representativas dos professores marca decisivamente, em diferentes momentos históricos, o próprio processo de construção da profissão docente» e com maior veemência no pós 25 de Abril. E esta constatação não diz apenas respeito ao sindicalismo pós-revolução, mas já no séc. XIX com a constituição da primeira associação de professores portugueses, o Montepio Literário, em 1813-1815, tal como no século XX, com a criação do primeiro sindicato de professores, em 1911 e, posteriormente, com a constituição dos Grupos de Estudo (GEPDES), em 1971, que representam, como já tive ocasião de escrever,³ uma espécie de código genético dos sindicatos de professores tal como hoje os conhecemos.

Tem sido no âmbito dos sindicatos de professores que se têm efectuado as reflexões mais profundas e mais proficuas sobre todas as questões que, em cada momento, se entendem prioritárias para a educação e tem sido, também, através dos sindicatos que se promoveram as grandes lutas que conduziram a grandes melhorias da qualidade do ensino e da própria profissão docente. Para dar alguns exemplos, não teríamos uma Lei de Bases do Sistema Educativo sem o empenho e a determinação, durante longos anos,

³ (2003) Escola e sindicalismo docente: os Grupos de Estudo nos *Cadernos "O Professor"*, Comunicação ao IV Colóquio de Ciências da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

dos sindicatos de professores; não teríamos uma lei orgânica da formação de professores nem um estatuto da carreira docente dos professores do Ensino Básico e Secundário e do Ensino Superior se os professores, em torno dos seus sindicatos não tivessem travado duras lutas em prol da sua exigência e da sua efectivação. A democratização do ensino e a gestão democrática das escolas foram, durante os anos que se seguiram ao 25 de Abril, bandeiras fundamentais dos sindicatos por se ter a plena convicção de que o acesso de todos à educação e o sucesso educativo não seriam possíveis sem estes instrumentos. Os sindicatos de professores têm sido, pois, um importante e decisivo espaço de reflexão e debate, de solidariedade, de confluência e de acção comum e parece ser inquestionável que a sua intervenção tem contribuído, ao longo dos anos, para a construção de uma identidade profissional, para a defesa dos interesses profissionais dos professores, mas também para a exigência de um ensino de qualidade através da exigência de profundas transformações nos sistemas educativo e de ensino. Apesar de os sindicatos de professores se terem constituído como espaços de reflexão e de mobilização da classe docente em torno dos grandes problemas profissionais, verificamos que na história recente do sindicalismo docente, as grandes opções foram sempre determinadas por questões que se prendem com raízes nacionais que passam pela determinação salarial, pelas condições de trabalho, pela valorização da carreira docente e pela exigência de regimes jurídicos configuradores da formação docente. Não assistimos, por isso, a uma transnacionalização e a uma luta concertada dos sindicatos de professores portugueses com outros sindicatos internacionais, sobretudo europeus, o que constitui um dos paradoxos em que se encontra o sindicalismo docente português, tendo em conta a globalização da economia e, conseqüentemente, da exploração globalizada. Se os problemas com que os professores portugueses se debatem, apesar de poderem ter aspectos locais, devem ser enquadrados no âmbito das conseqüências nefastas da globalização económica e da agenda global para as próximas reformas da Educação, então não faz sentido que as lutas sindicais continuem a concentrar-se num espaço de localização doméstica. Se, como afirma Teodoro, «os efeitos da globalização estão bem presentes nas políticas educativas actuais dos diferentes países, deixando muitas vezes um leque diminuto de opções aos Estados nacionais» (2001,151.), a satisfação das reivindicações sindicais compete cada vez menos aos Estados nacionais para estar cada vez mais dependente de instituições europeias e das políticas mundiais ditadas para o sector da Educação. Sendo assim, cresce, entre os professores, o sentimento de

frustração, de desencanto e de impotência relativamente à alteração da sua situação profissional e à sua contribuição para alterar a orgânica do sistema educativo. De um modo crescente, os professores sentem que são cada vez mais instrumentos ao serviço de uma estratégia económica global que lhes escapa e que a profissão docente se funcionalizou e burocratizou. De facto, no quadro actual, não se vislumbra a valorização da profissão docente no sentido do reconhecimento de que o professor é um intelectual que produz conhecimento e que alia a reflexão à acção.

O neoliberalismo e a crise do sindicalismo docente

As décadas de oitenta e noventa constituem um período de profundas mudanças políticas, económicas e sociais, cujas consequências se repercutiram no domínio das políticas educativas e da acção sindical docente. É ao longo deste período que se redefinem as funções do Estado, induzidas, em grande parte, pelas políticas internacionais, sobretudo da ainda Comunidade Económica Europeia e, sobretudo, das respectivas agendas económicas. A reorganização social que neste período se produz tem como fundamento e consequência uma nova concepção de racionalidade económica e empresarial que procuram vantagens competitivas na economia internacional. Alteram-se, por isso, os critérios de gestão, baseados na excelência e na eficácia o que, inevitavelmente, conduz à reestruturação do tecido empresarial, à falência de pequenas e médias empresas, à flexibilização da legislação laboral e ao desemprego de milhares de trabalhadores não especializados. Os tradicionais direitos dos trabalhadores, muitos deles conquistados após a Revolução de 1974 e que foram, em grande parte, assegurados pelo Estado-Providência são postos em causa e, muitos deles, tendem a desaparecer.

É neste contexto que as reformas educativas dos finais da década de noventa e dos primeiros anos do século XXI, supostamente inevitáveis, surgem vinculadas ao novo modelo económico na tentativa de adaptar os indivíduos às novas exigências ditadas pela agenda económica e pelos desafios da sociedade de mercado e da denominada sociedade cognitiva. Educar para a eficácia e para a excelência constitui o slogan político que é, ao mesmo tempo, um ataque ao ensino público que, como se sabe, tem no seu seio os estudantes provenientes dos grupos sociais mais desfavorecidos.

Ainda que despoletadas por iniciativa dos governos nacionais, com programas políticos e filiações ideológicas diferentes, há, todavia, uma certa sincronia com o que se passa a nível internacional, sobretudo no âmbito dos países que constituem a União Europeia. (Cf Lima & Afonso: 2002, 7.)

Quando, em meados nos anos 80, o PSD (Partido liberal de centro direita) assume, com maioria absoluta, o governo português, assiste-se a uma desenfreada hostilização ao movimento sindical mais representativo e à procura de fragmentos sindicais que possam legitimar as suas políticas conservadoras à revelia das organizações com maior representatividade, à semelhança do que, anos antes, se tinha passado em Inglaterra, com Margaret Thatcher.

O movimento sindical docente, ainda que a partir de meados dos anos oitenta tenha seguido um percurso autónomo relativamente ao movimento sindical operário, não pode ser analisado sem ter em conta o que a nível global se passou no movimento sindical português. Ao contrário das décadas de sessenta e setenta, em que as mitologias socialistas e autogestionárias concorriam com o liberalismo económico e refreavam a fé depositada no mercado, actualmente, com o fim das metanarrativas, é mais difícil encontrar alternativas credíveis. A crença nas capacidades reguladoras do mercado, na concorrência e na competitividade, nas ideologias meritocráticas e no sucesso, no racionalismo económico, na empresa como sinónimo de organização, nos resultados quantificáveis, no controlo da qualidade, etc., é, em boa parte, sinónimo e significado essencial de modernização e de progresso. Neste quadro, as organizações são percebidas como meramente instrumentais, devendo subordinar-se a critérios de produtividade, accountability, eficácia e de eficiência, semelhantes aos das organizações económicas. Assentes na ideologia de mercado, as tendências neo-liberais, especialmente presentes a partir da década de oitenta, colocaram o sector público «no banco dos réus». Em nome da racionalidade económica, os sindicatos, sobretudo os que estão enraizados no movimento operário, passam a ser considerados pelo patronato como forças de bloqueio e obstáculos ao desenvolvimento. A ofensiva ideológica e política, articulada com as novas práticas do patronato e sustentadas pelos governos, visam reduzir a influência e a força dos sindicatos e enfraquecer a sua acção. Por outro lado, a perspectiva de desemprego e de precariedade de emprego (agora diz-se flexisegurança) diminui, cada vez mais, a margem de manobra dos sindicatos; a sua

capacidade de mobilização, num quadro de acentuada crise social, decorrente das sucessivas crises económicas, é cada vez menor.

No que diz respeito ao ensino, a modernização da educação e da escola é apresentada como um desígnio nacional: «a recuperação de atrasos, os exemplos de outros países e os desafios da integração na Europa Comunitária, as metas estatísticas, o combate ao desperdício e à ineficácia, o elogio da excelência, vão de súbito surgir como temas maiores e, frequentemente, mais associados à capacidade técnica e gestonária, e a imperativos de modernização, do que propriamente a opções políticas de fundo (Lima, 1992, p. 4).

O que é de assinalar a este respeito, é que se estabelece uma ruptura com o discurso que prevalecia desde 1974, ou seja, o da democratização da educação, como se este objectivo tivesse já sido plenamente alcançado. O discurso da democratização é, agora, reconvertido e subordinado à ideologia da modernização. As prioridades políticas tendem a ser estabelecidas em função do mito da modernização construindo-se uma nova semântica onde possam enquadrar-se, com novos significados, os conceitos de democratização, participação, autonomia, justiça social, etc. Os discursos proferidos em matéria de educação apontam, todos eles, para a importância da Educação como factor condicionante e determinante do desenvolvimento social, cultural e económico e para a necessidade de o sistema educativo preparar os jovens para responder eficazmente aos novos desafios da nova sociedade da inteligência, da informação e do conhecimento. Todavia, os critérios que presidem aos discursos sobre a valorização da Educação são, nitidamente, de carácter economicista e meritocrata, reduzindo, cada vez mais, a acção e a função dos sindicatos e lançando um manto de incerteza sobre o seu futuro.

O sindicalismo docente não é alheio ao refluxo generalizado do movimento sindical, alimentado por governos de maioria absoluta e pela ausência de conquistas de natureza reivindicativa.

Segundo a perspectiva do sociólogo Boaventura de Sousa Santos (1995, 132) «o futuro do sindicalismo é tão incerto, como tudo o resto nas sociedades capitalistas do fim do século. Nem mais nem menos.» Neste sentido, o sindicalismo teria ciclos vitais, ciclos esses mais ou menos coincidentes com os do capitalismo. Se a morte do capitalismo não é, ainda, uma questão que se coloque nos nossos dias, então, também o sindicalismo terá uma vida imprevisível. Se esta tese é correcta, e acreditamos que sim, uma vez que

as grandes lutas sindicais têm coincidido com os grandes ataques do sistema capitalista aos direitos dos trabalhadores, então, por que motivo se verifica um paradoxo entre a ascensão e disseminação do capitalismo, com profundas transformações e reajustamentos e a decadência e crise do sindicalismo?

A crise do sindicalismo manifesta-se, parece-me, a vários níveis: em primeiro lugar, assiste-se a um divórcio entre uma grande parte dos trabalhadores, nomeadamente dos professores, e as suas estruturas sindicais. Este divórcio manifesta-se na progressiva dessindicalização bem como na perda de confiança nas ideologias que configuram o movimento sindical. Se nas décadas de setenta e oitenta a força mobilizadora foi centrípeta (cerca de 46,3% dos professores eram sindicalizados) os dados empíricos provam que, actualmente, é, em grande parte, centrífuga, sobretudo nos professores mais jovens que registam a menor taxa de sindicalização (28,8% e 26,5% para professores vinculados e não vinculados, respectivamente). As contradições da Revolução, por um lado, e, por outro, a implementação de políticas neo-liberais, quer na economia, quer na educação, conduziram ao enfraquecimento dos sindicatos de professores, mas também à menor participação dos docentes e à sua divisão por diversos sindicatos nacionais, regionais e sectoriais. A criação de duas federações sindicais nos primeiros anos da década de 80 substancializa essa divisão e enfraquecimento, conduzindo, conseqüentemente, à «atomização da negociação». Não é, todavia, por este refluxo do sindicalismo docente e por uma certa desmobilização como resultado de um cansaço histórico, que o sindicalismo docente terá uma morte anunciada. É, no entanto, necessário que sejam operadas mudanças estratégicas de acordo com as transformações que, nos últimos anos, se produziram na sociedade portuguesa e nas sociedades europeias e americana. O sindicalismo docente, em Portugal, tal como noutros países europeus, vive momentos de adaptação às novas realidades que, entretanto, emergiram e, para as quais não estava preparado. Nesta perspectiva, o estudo e análise permanentes dos novos fenómenos que atravessam as sociedades são imprescindíveis para a compreensão dessas realidades e para a reformulação de métodos e práticas de acção sindical.

Um outro fenómeno que pode levar-nos a melhor entender a crise do movimento sindical prende-se com o sucessivo incremento do individualismo como forma de participação social nas sociedades capitalistas mundiais, fenómeno que privilegia o indivíduo em oposição ao colectivo. A era do individualismo, sob a capa da

autonomização e liberdade individuais, materializada nos diversos sectores da actividade social, visa, precisamente, o desmoronamento do colectivo e, por isso, do direito colectivo à reivindicação e à indignação, para além de contribuir para o enfraquecimento e crise de valores que assentam, precisamente, no colectivo, tal como a solidariedade e a luta por interesses comuns. Este individualismo não é uma novidade histórica, pelo contrário, é uma herança da modernidade e um dos princípios em que se fundamentou a ascensão da burguesia e os seus projectos de controlo social. Como afirma Teodoro (1990), «a criação e o desenvolvimento do modelo de organização laboral centrado em *círculos de qualidade* insere-se nessa procura de salvaguardas contra a massificação e de respeito pela autonomia do indivíduo. O patronato utiliza estes pequenos colectivos como um compromisso entre o individualismo, que depressa significa indiferença face ao destino da empresa, e o sentimento colectivo que massifica e é portador de grandes solidariedades.» Este modelo individualista é hoje encarado, ao nível das empresas, como uma alternativa ao movimento sindical. Muitos dos salários praticados em diversos sectores privados são o resultado, não de uma negociação colectiva, mas de uma negociação individual. O recrudescimento do individualismo conduz, pois, à valorização de pequenos grupos que ganham cada vez maior importância no interior das empresas e passam a ser o grande suporte do seu funcionamento, quebrando, assim, os laços de solidariedade com os restantes trabalhadores. Esta realidade ainda não acontece no ensino público, mas é cada vez mais usual no ensino privado, quer ao nível do ensino básico e secundário, quer ao nível do ensino superior. Todavia, relembrando as grandes discussões que se travaram em torno do Estatuto da Carreira Docente do ensino não superior (década de 90), já aí se verificavam algumas divergências e clivagens que se relacionavam com questões sectoriais e dividiam os professores. E é por isso que Braga da Cruz, no Relatório apresentado sobre a *Situação dos professores em Portugal*, afirma que «não há uma identidade do professor em sentido lato, mas sim uma identificação com o seu grupo de pertença a nível de grau de ensino.» (1989, p. 116) E mesmo a este nível se pode afirmar que no mesmo grau de ensino as identidades são divergentes em função de alguma diversidade existente em termos de habilitações académicas (bacharéis, licenciados, mestres, doutores) e até de tempo de serviço (início, meio ou fim da carreira).

Todavia, há outros traços que caracterizam o corpo docente português e que contribuem para a ausência de unidade, coesão e identidade profissional. Segundo dados relativos ao ano lectivo de 1990-1991 (Cadernos da Fenprof, nº 30), dois terços do professorado eram mulheres e dois terços tinham idades que não ultrapassavam os 39 anos de idade; no 2º ciclo, a percentagem de licenciados era de 56,8% e no terceiro ciclo e Ensino Secundário era de 68,3%; ocuparam uma vaga do Quadro de Nomeação Definitiva 61,2% dos professores do 2º ciclo e 58,8% dos professores do 3º ciclo e do Ensino Secundário; mais de um quinto dos professores do 2º e 3º ciclos e do Ensino Secundário estavam deslocados da zona de residência, o que tem, inevitavelmente, repercussões na taxa de sindicalização e contribui para a desmobilização dos professores. Estes elementos apontam para fenómenos como uma grande feminização e juvenilização da profissão docente, para uma menor qualificação académica do professorado quando comparada com outras profissões, para uma incompleta taxa de estabilidade e de profissionalização e para um elevado grau de transitoriedade e de mobilidade. Estes aspectos, como afirma Braga da Cruz no Relatório já citado, abalaram os pilares em que assentavam as representações tradicionais do professor que é um elemento necessário à construção de uma identidade profissional e de um sentimento de pertença a um mesmo grupo.

A privatização dos serviços e dos sectores-chave da economia e a precarização do emprego, tal como a flexibilização das leis laborais, sobretudo no que diz respeito ao despedimento reflecte-se negativamente no sector da Educação onde, de ano para ano, é cada vez mais elevado o número de professores desempregados e também cada vez maior o número de horários-zero nas escolas, devido à redução das taxas de natalidade nas últimas décadas e, conseqüentemente, à redução do número de alunos, mesmo tendo em consideração a democratização-massificação do ensino. No que diz respeito ao ensino superior, as vagas são cada vez em menor quantidade porque há cursos que deixam de existir, sobretudo na área das humanidades, havendo já professores doutorados no desemprego. Esta situação não pode deixar de ter repercussões negativas no movimento sindical, sobretudo no que diz respeito ao aumento da percentagem de taxas de dessindicalização. Efectivamente, como afirma Michel Launay, (1986) em épocas de crise económica, o sindicalismo ressent-se havendo sempre uma correlação entre o desemprego e as taxas de dessindicalização.

Como já se afirmou, na história do sindicalismo docente, foram sempre as questões nacionais que presidiram às grandes opções sindicais, o que significa que nos encontramos ainda longe de uma transnacionalização das lutas sindicais e de um intercâmbio de experiências entre os sindicatos dos países que constituem a EU, facto que daria ao movimento sindical uma outra dinâmica e maior capacidade de pressão. No entanto, o capitalismo globalizado é mais rápido que o sindicalismo e tem nas suas mãos os instrumentos adequados através dos quais vai fragilizando os sindicatos. Por isso, o pressuposto do movimento sindical tem de ser sempre a tomada de consciência de que a luta entre o sindicalismo e o capitalismo é sempre desigual.

Especificidades portuguesas da crise do movimento sindical

Apesar de a crise do movimento sindical (quer docente quer do movimento operário) não se verificar apenas em Portugal, mas ser comum aos restantes países da Europa, parece, no entanto, que em Portugal essa crise assume algumas especificidades. Também ao nível sindical, Portugal regista um atraso relativamente aos países mais desenvolvidos da Europa. Quando nesses países se entrava no período de concertação social (década de setenta), ocorreu em Portugal a Revolução do 25 de Abril de 1974 que alterou profundamente as relações entre o capital e o trabalho. É uma fase de grande mobilização colectiva, de nacionalizações dos sectores mais produtivos da economia nacional e de fuga de capitais para o estrangeiro. Assiste-se, neste período, a uma espécie de subordinação do Estado ao poder dos sindicatos, alterando-se, assim, a relação normal, fundamento de qualquer negociação.

Progressivamente, o Estado vai-se desideologizando e torna-se cada vez mais poderoso. Com um tecido empresarial extremamente frágil, com pequenos gestores sem cultura de gestão e com um Estado cada vez mais forte, o movimento sindical, movido por interesses partidários torna-se cada vez mais frágil, mais heterogéneo e mais corporativista.

Só no final da década de setenta se inicia entre nós a fase de concertação social no momento em que nos outros países esse processo já estava em crise e avançavam para a flexibilização da relação salarial. No momento em que na maior parte dos países europeus houve mobilização dos trabalhadores em torno dos seus sindicatos, em Portugal havia repressão; quando houve concertação, tivemos mobilização e

nacionalizações e quando houve crise de concertação social e flexibilização, em Portugal utilizava-se o discurso da concertação e uma prática de flexibilização. Este atraso histórico, esta dessincronia relativamente aos actuais parceiros europeus e numa fase de globalização da economia na qual Portugal é quase mero espectador, gerou, naturalmente, uma crise de identidade sindical.

Perspectivas do movimento sindical docente

Apesar dos ataques do sistema capitalista ao movimento sindical e das estratégias de fragmentação dos sindicatos para diminuir a sua força, eles continuam a ser imprescindíveis para a reafirmação da liberdade e da democracia e, no caso do sindicalismo docente, para unir os profissionais em torno de objectivos comuns, sobretudo por uma educação democrática de qualidade.

Efectivamente, é necessário que a acção sindical integre novas noções de variedade regional, de individualização das sensibilidades, de criatividade múltipla, de novidade nos meios de acção e nas práticas sindicais, para ultrapassar com êxito a ofensiva ideológica e legislativa contra os sindicatos, desenvolvida a partir das posições do neoliberalismo contemporâneo. O reforço do sindicalismo docente e o alargamento do seu papel e da sua intervenção na sociedade continua a ser uma condição de construção de uma identidade profissional para a profissão docente e de renovação e de reforma do sistema educativo (Cf. Michel Launay: 1986, p. 60).

A complexidade e a diversidade de problemas que abalam o território educativo, mas também a existência de novas realidades sociais e culturais, exigem do sindicalismo a capacidade para abrir e fomentar o diálogo entre sensibilidades diferentes e entre uma diversidade de actores que hoje constituem as comunidades educativas. Reflectir conjuntamente sobre os problemas da Educação implica uma visão sindical mais abrangente da situação educativa e uma acção mais eficaz a diversos níveis. Só assim, trabalhando na unidade da comunidade educativa em torno de objectivos comuns, é possível ao movimento sindical docente utilizar a mesma estratégia do Estado e do capital: dividir o capital e o Estado de modo a tirar partido dessa divisão. (Cf. Santos: 1995, 138).

Para que se possa assistir à revitalização do movimento sindical docente é necessário que se valorize a inovação e a criatividade das iniciativas, que se promova a reflexividade no âmbito das Escolas e das Universidades e que se construam a unidade e a solidariedade a partir das bases.

Por outro lado, o movimento sindical docente terá que criar outra lógica organizativa, reestruturando-se profundamente de modo a poder apropriar-se dos problemas locais e dos problemas transnacionais.

Finalmente, as dificuldades por que passa, actualmente, o movimento sindical docente não podem constituir motivos de resignação e de acomodação. Pelo contrário, devem ser uma força para reafirmar os valores que têm sido o fundamento do progresso da humanidade e que estão na génese do movimento sindical: a luta pela justiça social, pela liberdade, pela paz, tolerância e solidariedade; valores que são, simultaneamente, ideais de emancipação que devem configurar a acção dos docentes tendo em vista uma educação emancipatória.

Referências bibliográficas

Braga, C. (1989). A situação do professor em Portugal. Relatório da comissão criada pelo Despacho 114/ME/88 do Ministro da Educação.

Costa, H. A. (2002). A europeização do sindicalismo português: entre novos discursos institucionais e velhas práticas sociais, in Pureza, J. M. e Ferreira, A.C. (2002). *A teia global*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 19-49.

Fernandes, R. Contributo para a história da profissão docente em Portugal, in *Cadernos da Fenprof*, nº 30, pp. 20-27.

Launay, M. (1986). Crise dans le syndicalisme, ou crise du syndicalisme?, in *Options*, Junho, pp. 57-60.

Lima, L. e Afonso, A. J. (2002). *Reformas da educação pública*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, B. S. (1995). Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo, in *Vértice*, Setembro-Outubro, pp. 132-139.

Sucena, P. (1995). Do sindicalismo docente: situação actual/perspectivas para o futuro, in *Vértice*, Setembro-Outubro, pp. 42-44.

Teodoro, A. (1990). Autonomia, vazio social e sindicalismo docente – a propósito de um texto de Yves Barel, «Aspiration à l'autonomie et vide social», in *Vértice*, nº 25, pp. 111-112.

Teodoro, A. (2001). Organizações internacionais e políticas educativas nacionais: a emergência de novas formas de regulação transnacional, ou uma globalização de baixa intensidade, in Stoer, S. R. e Cortesão, L. (2001). *Transnacionalização da educação. Da crise da educação à “educação” da crise*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 125-161.